

CEGRAU	APRECIADO
DATA 8.10.85	Sujeito a Deliberação do Plenário Secretário: <i>Muniz de Albuquerque</i>

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

Plenário

646/85

INTERESSADO/MANTELEDORA		UF
CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E ÓRGÃOS DE 19 GRAU DE SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO		
ASSUNTO		
Cumprimento da obrigatoriedade escolar		
RELATOR: SR. CONS. Eurides Brito da Silva		
PARECER Nº 646/85	CÂMARA OU COMISSÃO CEGRAU	APROVADO EM 10/10/85
		PROCESSO Nº 23001.001044/85-13
I - RELATÓRIO		
Com a retomada, por parte do Ministério da Educação e de alguns Governos Estaduais de ações visando ao cumprimento da obrigatoriedade escolar que, segundo o preceito em nossa Carta Magna, deve abranger toda nossa população na faixa dos 7 aos 14 anos muitos problemas do setor educacional voltaram a ser focalizados com certa insistência. Assim, têm chegado ao Conselho Federal de Educação, sob várias formas, muitas consultas, todas buscando operacionalizar a questão. Procuramos sintetizá-las nas seguintes perguntas: 1) Para facilitar o cumprimento da obrigatoriedade escolar, caso os sistemas de ensino resolvam aproveitar espaços disponíveis de igrejas, centros sociais, sindicatos, salas de residências, como ficariam essas "escolas" quanto à parte de legalização, já que dificilmente elas atenderiam às normas legais vigentes? 2) Até quantas séries escolares as escolas de sala única podem reunir, num mesmo horário, sob a regência de um só professor?		
II - VOTO DA RELATORA		
Em 1980, proferindo um discurso na UNESCO, o papa João Paulo II disse: "Se o que desejamos é realizar mudanças que se impõem no campo sócio-econômico, é preciso um esforço para ai		

Edilva

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

fabetizar, difundir e popularizar a instrução",

Não é este o caso de nosso país?

Todos sabemos dos milhões de analfabetos e evadidos das escolas, da escassez de prédios em certos locais, de populações dispersas e isoladas no longo deste vasto território e das crianças e adolescentes que tem que conciliar escola com trabalho produtivo como forma de sobreviver,

Para avaliarmos melhor o problema, é bom lembrar que, pelo censo de 1980, com 7,6 milhões de crianças fora da escola, a necessidade de salas seria:

a) Para a zona urbana, considerando-se 2,757,256 crianças fora da escola o déficit seria de 39,383 salas de aula (70 por sala de aula, sendo 35 em cada turno),

b) Para a zona rural, considerando-se 4.796,485 crianças fora da escola, o déficit seria de 154.725 salas de aula (a partir da média histórica de 31 crianças por sala de aula).

Para cumprir-se, pois, o preceito constitucional da obrigatoriedade escolar na faixa dos 7 aos 14 anos, seria preciso termos, em dados de 1982, entre a zona urbana e rural, mais 194,108 salas de aula. Hoje a situação, por certo, não é melhor.

Chegou a hora de agir e esta ação que se impõe devera ser responsável, objetiva, flexível e criativa.

Por isso, parece-nos aconselhável lançarmos mão do conceito de Educação não formal, definida por Coombs e Ahmed(1975) como: "Toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do proposto no sistema oficial, para facilitar determinadas classes de aprendizagem e subgrupos particulares da população, tanto adultos quanto crianças".

É curioso observarmos que os países desenvolvidos adotam educação não-formal inserida num contexto de educação permanente com propósito de suprir lacunas do sistema formal e de permitir a seus cidadãos acompanharem os avanços da ciência e da tecnologia.

Já os países em desenvolvimento procuram, com a citada educação não-formal, a criação de infra-estrutura que facilite o aumento dos níveis de crescimento, buscando sua independência econômica e bem-estar coletivo.

Mas, voltando ao conceito de educação não-formal, gostaríamos de destacar um de seus adjetivos.

Referimo-nos a organizada.

Consideramos organizada uma atividade que é planejada e com mecanismos permanentes de avaliação de desempenho, a fim de corrigir distorções e descobrir maneiras específicas que levem ao aumento quantitativo e qualitativo das oportunidades educacionais, dentro dos recursos disponíveis e detectando inovações mais necessárias e eficazes.

Dentro desse contexto, julgamos perfeitamente possível a utilização de espaços em igrejas, clubes, salas de residências e outros, porque a carência de escolas é uma realidade no Brasil,

Alertamos, apenas, para que haja um planejamento do trabalho a ser desenvolvido e um envolvimento do sistema oficial do ensino local, para que seja assegurada aos alunos atendidos a continuação de seus estudos e/ou um certificado que lhes assegure a terminabilidade - quando for o caso.

Justificamos essa preocupação em associar educação não-formal e espaços improvisados, com planejamento e sistemas de ensino porque muitos projetos especiais têm ideais nobres e elevados, mas esquecem da objetividade. Essa objetividade, em nossa sociedade atual, significa ter acesso a um saber teórico e prático e poder apresentar o certificado ou diploma que o comprove.

Os sistemas de ensino devem, por sua vez, prever medidas que possam avaliar os egressos desses cursos, garantindo-lhes uma equiparação àqueles que podem estudar nos cursos regulares.

Nossa Constituição diz, sob o título IV, que a educação "será dada no lar e na escola"; "o ensino será ministrado pelos Poderes Públicos e livre à iniciativa particular"; que "as empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino gratuito a seus empregados", sendo, ainda, "obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado",

Aí estão conceitos referentes a educação formal e não-formal, que toda sociedade brasileira precisa assumir como um compromisso básico, pois afinal, só através da educação, o cidadão poderá exercer melhor seus direitos e assumir suas responsabilidades, transformando as condições de vida suas e de seu país,

Neste momento em que o Brasil confirma a área social como prioridade nacional, em que os Estados e Municípios ajustam seus

orçamentos para cumprimento da emenda João Calmon, em que a obrigatoriedade escolar é profundamente valorizada, gostaríamos de destacar alguns pontos fundamentais para quem elabora um projeto educacional.

O primeiro - sobre o fato de a época ser propícia - diz respeito a uma pesquisa da UNESCO, comprovando que os maiores êxitos de campanhas educacionais são obtidos num contexto de transformação profunda da sociedade, por permitirem aos cidadãos enfrentar a situação nova ou serem agentes dessa mudança,

O segundo ponto é sobre alfabetização.

Nenhum planejamento que vise a alfabetizar será eficaz se não garantir a pós-alfabetização. Isto porque a linha que separa os conceitos alfabetizado/não-alfabetizado, não para de subir. Na verdade, a alfabetização é um ponto de partida, de referência inicial e, para ter sentido, precisa transformar-se em novo saber, permitindo um verdadeiro crescimento,

E, finalmente, lembraríamos que as taxas de escolarização tomadas globalmente são enganosas, há diferenças consideráveis de estado para estado e também entre zona rural e urbana. Os planejamentos devem ser feitos atendendo à especificidade da clientela e quanto mais globais forem, mais correm o risco de apresentarem resultados frustrantes,

Vencer o desafio do cumprimento da obrigatoriedade escolar na faixa dos 7 aos 14 anos é um compromisso do Brasil, mas só lograremos êxito quando for assumido por todos os cidadãos, os prefeitos, pelos governadores como uma tarefa prioritária e impostergável.

Em suma, quando se fizer necessário o aproveitamento de espaços ociosos em clubes, igrejas ou até salas residenciais, para dar apoio a projetos educacionais de emergência, como os de dar escolarização básica aos brasileiros, espaços outros podem e devem ser adaptados, até mesmo porque não devemos interpretar o conceito de escola como restrito ao prédio escolar,

Não temos dúvida de que os Conselhos de Educação indicarão formas flexíveis e ajustáveis às diversas situações, o que não pode existir sob nenhuma hipótese, e o surgimento de normas impeditivas que obstaculizem alcançar-se o objetivo mais nobre; dar escolarização básica a todas as crianças, como impõe o preceito constitucional, até mesmo porque este não é o espírito da Lei.

Não é de um momento para o outro que o Brasil poderá co-

brir o "deficit" de salas de aula Mas o atendimento a crianças é exigido seja feito AGORA:

2) Até quantas séries escolares as escolas de sala única podem reunir num mesmo horário sob a regência de um só professor?

A escola unidocente é a que atende simultaneamente a alunos de diferentes idades e em diferentes estágios de aprendizagem numa mesma sala de aula, exercendo, ainda, o professor funções relativas à administração escolar.

Em sua origem, a escola foi unidocente por essência. A medida em que suas funções se ampliaram, em resposta à crescente divisão do trabalho e especialização, surgiu a pluridocência,

Não é correto pensar-se que o fenômeno da escola unidocente está ligado ao baixo nível de desenvolvimento econômico do país.

Para populações dispersas e rarefeitas, a escola de um só professor é até o meio mais natural e econômico de se ensinar,

Em pesquisa realizada pela UNESCO, verificou-se que ela é uma instituição universal, Na Suíça, por exemplo, as escolas unidocentes servem de campo de estágio para os cursos que preparam para o Magistério, devendo os futuros professores realizarem nela sua prática profissional.

Na Austrália, há, inclusive, ônibus subvencionado pelo Estado que leva as crianças de zonas pouco povoadas até a escola que, quando atende a uma pequena clientela, é de professor único. Em algumas áreas dos Estados Unidos também ocorre o mesmo,

No Brasil, dados estatísticos de 1982 mostraram-nos um número mínimo de 85,040 escolas rurais com um só professor,

Muitas vezes, a escola de sala única é integrada por professores leigos cuja contratação é feita pela prefeitura local e, na grande maioria dos casos, sob forma de prestação de serviços: sem direito a férias remuneradas e com salário inferior ao mínimo.

Outros problemas que atingem a escola unidocente são:

- seu isolamento geográfico, cultural, pedagógico e social;
- a dificuldade em provê-las de professores qualificados;
- a existência de um preconceito que considera carentes as crianças dessas escolas (o que não acontece necessariamente) e "castigados" os professores que trabalham nelas;
- a mobilidade dos professores.

Lovengrave (1970) considera a "école du maitre unique" um modelo de ensino, representando um papel dos mais úteis, prestando grandes serviços às regiões rurais, principalmente onde os meios de transporte são insuficientes e as vilas isoladas, o professor nessa escola tem função de planejador, de pai, de conselheiro,

Para que essa tríplice função seja bem desempenhada, o que se precisa, então, é preparar esse professor. Os cursos de Magistério em nível de 2º grau, as faculdades de Educação, os projetos especiais de formação de professores devem prever estudos de dinâmica e controle de grupos, e outros mais que capacitem essa clientela a exercer sua função com eficácia.

Piaget (1974) enfatiza que será completamente inútil elaborar belos programas ou formular excelentes teorias de ensino sem que tenha sido solucionada a questão preliminar de qualquer reforma pedagógica: a preparação do professor.

É interessante notarmos que uma das razões da falta de motivação de muitos alunos numa escola regular é justamente o professor, por trabalhar com uma única série, tratar o grupo como totalmente homogêneo, esquecendo de que o ritmo de aprendizagem, as vivências, os pré-requisitos, as outras tantas diferenças individuais transformam a turma, ainda que de uma mesma sala, em vários subgrupos.

O professor de escola unidocente deverá ser capaz de dominar conteúdos, criar um ambiente estimulador e de respeito mútuo, selecionar procedimentos de ensino e aplicá-los adequadamente, distribuir habilmente horário e trabalhos coletivos e individuais; exercer atividades administrativas e saber buscar o apoio da comunidade.

Na década de 50, Lourenço Filho propunha cursos específicos para treinamento de professoras e corpo administrativo de escola rural, lembrava que deveriam ser recrutadas pessoas daquele próprio local, que já teriam um apego ao meio, escapando ao fascínio da cidade grande.

Os sistemas de ensino devem zelar pelas escolas unidocentes, pondo em prática programas de formação e atualização de seus professores, proporcionando constante e sistemática instrumentação pedagógica e assistência técnica - didática de apoio.

Medidas que auxiliem esse professor - muitas vezes afastado de um centro maior - também devem ser previstas. No interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, em algumas regiões, foi adotada a

Kombi-biblioteca que atende a escolas da zona rural e da periferia, rompendo o isolamento de alunos e professores,

Encontros periódicos entre aqueles que atuam em escolas unidocentes para troca de experiências e sugestões também são válidos e deveriam ser promovidos,

Caberia, ainda, aos sistemas de ensino zelarem pela possibilidade de ascensão funcional e por uma remuneração justa.

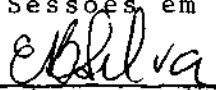
Quanto a precisar o número de séries escolares que podem ficar sob a regência de um só professor, é uma tarefa que vai depender de diversas variáveis, ressaltando-se, contudo, a competência do profissional, a formação que recebeu, sua capacidade em lidar com diferentes grupos e estabelecer uma relação de ajuda eficaz e seu potencial como ser humano, requisitos esses que transformam o professor de escola unidocente num louvável exemplo de coragem na luta para universalizar a Educação,

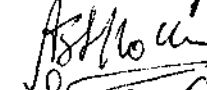
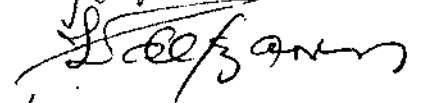
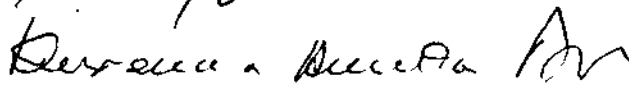
Acreditamos, desta forma, ter respondido às consultas que nos foram feitas,

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus acolhe o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1985.

 - Presidente e Relatora
Eurides Brito da Silva

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou , por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Barretto Filho , em 10 de 10 de 1985

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)